

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, do Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Bradesco Cartões, registrou Lucro Líquido de R\$ 1.578 milhões, correspondendo a R\$ 645,17 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 5.149 milhões e Ativos Totais de R\$ 43.376 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de maio e 27 de dezembro de 2018, foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, de R\$ 200 milhões e R\$ 46 milhões, respectivamente. O valor provisionado em maio foi pago em 28 de junho de 2018 e a provisão de dezembro será paga até 30 de dezembro de 2019.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	28.740.947	37.526.173	37.557.805	47.613.087
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	80.379	99.888	15.692.187	26.708.241
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 5a).....	1.667.031	13.388.086	1	8
Aplicações no Mercado Aberto.....	1.552.675	342.435	15.691.817	26.708.233
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros.....	114.356	13.045.651	369	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	2.493	4.579	19.451.330	15.968.481
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	2.493	4.579	19.348.518	15.908.974
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS.....	523	15.140	102.812	59.507
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	-	14.958	5.001	7.595
Depósitos no Banco Central.....	307	-	5.001	7.595
Transferências Internas de Recursos.....	216	182	2.409.287	4.928.770
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	2.529.203	2.590.121	3.031	2.974
Operações de Crédito - Setor Privado.....	4.724.493	5.176.831	39.100	160.650
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.195.290)	(2.586.710)	202.310	46.650
OUTROS CRÉDITOS.....	24.421.831	21.386.396	2.164.846	4.718.496
Rendas a Receber (Nota 8a).....	27.179	53.758	-	-
Diversos (Nota 8b).....	25.024.007	21.934.610	669.191	507.193
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(629.355)	(601.972)	534.208	371.470
OUTROS VALORES E BENS.....	39.487	41.963	181	-
Outros Valores e Bens.....	6.544	9.365	181	-
Despesas Antecipadas.....	32.943	32.598	134.802	135.723
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	2.427.996	2.427.996	22.614	22.999
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 5a).....	246.561	184.824	112.188	112.724
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros.....	246.561	184.824	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	231.958	194.466	-	-
Operações de Crédito - Setor Privado.....	398.390	436.294	-	-
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(166.432)	(241.828)	-	-
OUTROS CRÉDITOS.....	1.940.184	2.584.927	-	-
Diversos (Nota 8b).....	1.940.235	2.584.979	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(51)	(52)	-	-
OUTROS VALORES E BENS.....	9.203	8.864	-	-
Despesas Antecipadas.....	9.203	8.864	-	-
PERMANENTE.....	12.207.577	11.328.954	-	-
INVESTIMENTOS.....	11.555.541	10.670.232	-	-
Participações em Coligadas e Controladas.....	-	-	-	-
- No País (Nota 9).....	11.555.539	10.670.230	-	-
Outros Investimentos.....	2	2	-	-
IMOBILIZADO DE USO.....	15.649	13.041	-	-
Outras Imobilizações de Uso.....	60.202	53.544	-	-
Depreciações Acumuladas.....	(44.553)	(40.503)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 10).....	636.387	645.581	-	-
Ativos Intangíveis.....	1.134.258	1.080.399	-	-
Amortizações Acumuladas.....	(497.871)	(434.818)	-	-
TOTAL	43.376.430	51.828.108	43.376.430	51.828.108

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2018	2017	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.069.343	4.230.819	5.742.914	
Operações de Crédito.....	1.963.327	3.986.716	4.634.884	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c).....	105.389	330.344	1.091.761	
Resultado com Instrumento Financeiros Derivativos (Nota 6c).....	629	(86.241)	16.269	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.575.113	3.365.980	5.071.766	
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b).....	522.262	1.188.787	2.499.222	
Operações de Empréstimos e Repasses.....	26	49	43	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f).....	1.052.825	2.177.144	2.572.501	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	494.230	864.839	671.148	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	662.723	1.311.073	640.723	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15).....	2.254.880	4.214.257	3.384.555	
Despesas de PESSOAL (Nota 16).....	(105.495)	(215.036)	(256.335)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(958.762)	(1.736.134)	(1.513.163)	
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(294.024)	(532.067)	(374.761)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9).....	394.717	802.738	502.917	
Outras Receitas Operacionais (Nota 19).....	574.022	1.103.566	906.581	
Outras Despesas Operacionais (Nota 20).....	(1.202.734)	(2.326.251)	(2.009.071)	
RESULTADO OPERACIONAL	1.156.834	2.175.912	1.311.871	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	359	552	15.714	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.157.193	2.176.464	1.327.585	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(349.692)	(598.578)	(154.906)	
Provisão para Imposto de Renda.....	(167.312)	(239.127)	(80.574)	
Provisão para Contribuição Social.....	(139.695)	(199.339)	(86.709)	
Ativo Fiscal Diferido.....	(42.685)	(160.112)	12.377	
LUCRO LÍQUIDO	807.501	1.577.886	1.172.679	
Número de ações (Nota 14a).....	2.445.708.244	2.445.708.244	2.445.708.244	
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	330,17	645,17	479,48	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2018	2017	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.157.193	2.176.464	1.327.585	
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	733.212	1.521.578	2.034.628	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.....	1.052.825	2.177.144	2.572.501	
Despesas (Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	40.417	79.240	(99.478)	
Amortizações de Ativos.....	25.357	50.714	50.714	
Depreciações e Amortizações.....	9.476	16.507	12.457	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(394.717)	(802.738)	(502.917)	
Outros.....	(146)	711	1.351	
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.890.405	3.698.042	3.362.213	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	882.801	3.086.992	5.277.805	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(11.814)	(327)	16.875	
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	1.016.689	3.497.466	2.366.226	
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	(1.026.244)	(2.126.335)	(2.540.524)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(2.250.261)	(2.546.271)	(2.013.077)	
Aumento (Redução) em Depósitos.....	(372.967)	(10.853.315)	3.245.225	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	(295.228)	(2.571.770)	(373.396)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(285.554)	(391.475)	(373.396)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(382.173)	(8.206.993)	9.110.969	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(3.642)	(6.659)	(1.877)	
Aquisição de Intangível.....	(42.049)	(53.976)	(31.804)	
Alienação de Intangível.....	-	-	2.802	
Aumento de Capital em Investida em Espécie.....	-	-	(1.280.000)	
Dividendos Recebidos.....	-	6.444	1.342.491	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(45.691)	(54.191)	31.612	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Juros sobre Capital Próprio Pagos.....	-	(330.650)	-	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(330.650)	-	
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.864)	(8.591.834)	9.142.581	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	2.060.918	10.224.888	1.082.307	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	1.633.054	1.633.054	10.224.888	
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.864)	(8.591.834)	9.142.581	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição) atuando como banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A., estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Cartões, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis; trabalhistas; fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária				
Saldos em 30.6.2018	2.000.000	325.860	1.909.373	148.753	-	4.383.986	
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	3.947	-	3.947	
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	807.501	807.501	
Destinações: - Reservas.....	-	40.375	721.126	-	(761.501)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d).....	-	-	-	-	-	(46.000)	
Saldos em 31.12.2018	2.000.000	366.235	2.630.499	152.700	-	5.149.434	
Saldos em 31.12.2017	1.227.878	228.707	1.090.796	(85.705)	-	2.461.676	
Aumento de Capital - AGE 13.2.2017.....	133.788	-	-	-	-	133.788	
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	128.685	-	128.685	
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	1.172.679	1.172.679	
Destinações: - Reservas.....	-	58.634	925.045	-	(983.679)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d).....	-	-	-	-	-	(189.000)	
Saldos em 31.12.2017	1.361.666	287.341	2.015.841	42.980	-	3.707.828	
Aumento de Capital - AGE 30.4.2018 (Nota 14b).....	638.334	-	(638.334)	-	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	109.720	-	109.720	
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	1.577.886	1.577.886	
Destinações: - Reservas.....	-	78.894	1.252.992	-	(1.331.886)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d).....	-	-	-	-	-	(246.000)	
Saldos em 31.12.2018	2.000.000	366.235	2.630.499	152.700	-	5.149.434	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida

São registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e

- *Software*

São registradas ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2018			2017			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Instrumentos financeiros derivativos	2.308	185	2.493	2.493	-	4.579	-
Total em 2018	2.308	185	2.493	2.493	-	4.579	-
Total em 2017	4.108	471				4.579	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	330.332	1.091.493
Instrumentos financeiros derivativos	(86.241)	16.269
Títulos de renda fixa	12	268
Total	244.103	1.108.030

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Cartões participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "a termo", registrados em contas patrimoniais e de compensação, em um contexto integrado com o controlador e empresas ligadas, que se destinam a atender às necessidades próprias, para administração de suas exposições. Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados pela instituição como instrumentos de "hedging", destinam-se a protegê-la contra variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou índices, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos. O valor justo dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados.

A política de gestão de risco da Organização Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominante, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco Bradesco e empresas controladas.

l) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018		2017	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos a termo (1)				
Compromissos de compra:				
- Moeda estrangeira	613.457	-	529.868	-
Compromissos de venda:				
- Moeda estrangeira	1.567.926	954.469	1.226.865	696.997

(1) Contratos efetuados em dólar.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal							Total (A)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%
	Empréstimos e títulos descontados	1.271.349	134.167	176.011	469.138	441.067	334.947	2.826.679	11,1	2.946.324
Outros créditos (1)	12.621.616	3.991.072	1.767.512	2.923.258	1.280.618	1.734	22.585.810	88,9	19.156.568	86,7
Total em 2018	13.892.965	4.125.239	1.943.523	3.392.396	1.721.685	336.681	25.412.489	100,0	22.102.892	100,0
Total em 2017	8.389.435	5.179.998	1.383.429	3.341.617	3.494.769	313.644				

Operações de crédito	Curso anormal						Total (B)		
	Parcelas vencidas						Total (B)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	156.632	187.572	159.890	524.960	1.046.367	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0
Total em 2018	156.632	187.572	159.890	524.960	1.046.367	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0
Total em 2017	367.918	111.962	150.609	532.778	1.187.052			2.350.319	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total (C)			Total geral				
	Parcelas vencidas						Total (C)			Total geral				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%	2018	%		
Empréstimos e títulos descontados	62.655	12.486	11.637	29.960	40.602	63.443	220.783	100,0	316.482	100,0	5.122.883	18,5	5.613.125	22,7
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.585.810	81,5	19.156.568	77,3
Total em 2018	62.655	12.486	11.637	29.960	40.602	63.443	220.783	100,0	316.482	100,0	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0
Total em 2017	25.796	22.366	19.130	50.125	74.955	124.110			316.482	100,0			24.769.693	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco									Total			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	14.094	1.283.274	272.823	853.161	373.408	314.383	198.637	233.033	1.580.070	5.122.883	18,5	5.613.125	22,7
Outros créditos (1)	2.361.519	12.665.735	2.909.859	4.013.975	204.981	74.053	27.514	27.518	300.656	22.585.810	81,5	19.156.568	77,3
Total em 2018	2.375.613	13.949.009	3.182.682	4.867.136	578.389	388.436	226.151	260.551	1.880.726	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0
%	8,6	50,3	11,5	17,6	2,1	1,4	0,8	0,9	6,8				
Total em 2017	1.986.465	12.801.410	2.355.171	3.821.977	579.762	317.476	276.055	279.636	2.351.741	24.769.693	100,0	24.769.693	100,0
%	8,0	51,7	9,5	15,5	2,3	1,3	1,1	1,1	9,5				

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixa de vencimentos e níveis de risco

l) Níveis de risco

Parcelas vencidas	Nível de risco										Total		
	Operações em curso anormal (3)										Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2018	% (1)	Total em 2017	% (1)
1 a 30	-	-	4.025	14.032	36.599	34.239	16.183	20.359	95.346	220.783	100,0	316.482	100,0
31 a 60	-	-	1.048	3.330	10.886	12.222	4.685	5.023	25.461	62.655	28,4	25.796	8,2
61 a 90	-	-	336	852	1.725	1.815	829	1.068	5.861	12.486	5,6	22.366	7,1
91 a 180	-	-	292	925	1.755	1.694	750	1.036	5.185	11.637	5,3	19.130	6,0
181 a 360	-	-	727	2.374	4.561	4.229	1.998	2.759	13.312	29.960	13,6	50.125	15,8
Acima de 360	-	-	862	3.047	6.380	5.477	2.853	3.839	18.144	40.602	18,4	74.955	23,7
Total	-	-	760	3.504	11.292	8.802	5.068	6.634	27.383	63.443	28,7	124.110	39,2

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO CARTOES S.A.	3
BRADESCO KIRTON CORRETORA DE TÍT. E VAL. MOBILIÁRIOS S.A.	8

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Nível de risco													
Operações em curso anormal (3)													
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2018	% (1)	Total em 2017	% (1)	
Parcelas vencidas (2)	-	-	85.865	154.506	136.211	151.161	143.486	150.444	1.253.748	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0
1 a 14	-	-	238	160	386	430	257	285	1.894	3.650	0,2	180.550	7,7
15 a 30	-	-	85.627	39.919	8.252	4.625	2.140	1.621	10.798	152.982	7,4	187.368	8,0
31 a 60	-	-	-	114.424	25.480	12.141	5.618	5.430	24.479	187.572	9,0	111.962	4,8
61 a 90	-	-	-	2	102.060	19.279	6.722	6.324	25.503	159.890	7,7	150.609	6,4
91 a 180	-	-	-	1	33	114.663	128.694	136.710	144.859	524.960	25,3	532.778	22,6
181 a 360	-	-	-	-	-	23	55	74	1.046.095	1.046.247	50,4	1.178.409	50,1
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	120	120	-	8.643	0,4
Subtotal	-	-	89.890	168.538	172.810	185.400	159.669	170.803	1.349.094	2.296.204		2.666.801	
Provisão específica	-	-	899	5.056	17.281	55.620	79.835	119.562	1.349.094	1.627.347	-	-	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Nível de risco													
Operações em curso normal (2)													
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2018	% (1)	Total em 2017	% (1)	
Parcelas vincendas	2.365.914	13.876.159	3.082.142	4.662.711	400.327	200.441	65.681	88.892	525.203	25.267.470	99,4	21.904.790	99,1
1 a 30	1.431.053	7.593.882	1.695.280	2.460.989	169.124	78.021	29.050	33.022	257.525	13.747.946	54,1	8.191.333	37,1
31 a 60	413.604	2.309.749	511.533	744.537	46.672	19.879	7.825	6.851	64.589	4.125.239	16,2	5.179.998	23,4
61 a 90	151.848	1.103.776	234.927	359.141	29.975	14.661	4.997	6.069	38.129	1.943.523	7,7	1.383.429	6,3
91 a 180	257.014	1.862.343	415.592	667.283	62.027	33.328	11.032	13.649	70.128	3.392.396	13,3	3.341.617	15,1
181 a 360	111.702	909.290	199.429	359.548	49.055	27.316	6.850	11.583	46.912	1.721.685	6,8	3.494.769	15,8
Acima de 360	693	97.119	25.381	71.213	43.474	27.236	6.901	16.744	47.920	336.681	1,3	313.644	1,4
Vencidas até 14 dias	9.699	72.850	10.650	35.887	5.252	2.595	801	856	6.429	145.019	0,6	198.102	0,9
Subtotal	2.375.613	13.949.009	3.092.792	4.698.598	405.579	203.036	66.482	89.748	531.632	25.412.489	100,0	22.102.892	100,0
Provisão genérica	-	69.745	30.928	140.958	40.558	60.911	33.241	62.823	531.632	970.796	-	-	-
Total geral em 2018	2.375.613	13.949.009	3.182.682	4.867.136	578.389	388.436	226.151	260.551	1.880.726	27.708.693			
Provisão existente	-	69.932	32.540	151.677	93.488	276.135	226.107	260.523	1.880.726	2.991.128	-	-	-
Provisão mínima requerida	-	69.745	31.827	146.014	57.839	116.531	113.076	182.385	1.880.726	2.598.143	-	-	-
Provisão excedente	-	187	713	5.663	35.649	159.604	113.031	78.138	-	392.985	-	-	-
Total geral em 2017	1.986.465	12.801.410	2.355.171	3.821.977	579.762	317.476	276.055	279.636	2.351.741		24.769.693		
Provisão existente	-	64.200	24.335	121.648	94.957	218.074	275.999	279.609	2.351.741	3.430.562	-	-	-
Provisão mínima requerida	-	64.007	23.552	114.659	97.976	95.243	138.027	195.746	2.351.741	3.040.950	-	-	-
Provisão excedente	-	193	783	6.989	36.981	122.831	137.972	83.863	-	389.612	-	-	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Operação									
Exposição	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total	
Operações de crédito	24.546.888	415.418	727.613	235.753	655.261	1.127.236	524	27.708.693	

e) Setor de atividade econômica									
Em 31 de dezembro - R\$ mil					Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2018	% (1)	2017	% (1)	2018	%	2017	%	
Setor privado	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0	
Pessoa jurídica	3.150.931	11,4	2.739.909	11,1	3.150.931	11,4	2.739.909	11,1	
Outros serviços	1.478.250	5,4	1.329.962	5,4	1.478.250	5,4	1.329.962	5,4	
Comércio	1.053.864	3,8	869.594	3,5	1.053.864	3,8	869.594	3,5	
Indústria	552.612	2,0	485.845	2,0	552.612	2,0	485.845	2,0	
Intermediários financeiros	66.205	0,2	54.508	0,2	66.205	0,2	54.508	0,2	
Pessoa Física	24.557.762	88,6	22.029.784	88,9	24.557.762	88,6	22.029.784	88,9	
Total	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0	

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa																			
Em 31 de dezembro - R\$ mil																			
Nível de risco	% Mínimo de provisão requerido	Carteira				Provisão													
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Específica		Genérica		Excedente		Total							
AA	0,0	2.375.613	-	2.375.613	8,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	13.949.009	-	13.949.009	50,3	-	-	69.745	187	69.932	2,3	64.200	1,9						
B	1,0	3.092.792	89.890	3.182.682	11,5	859	40	30.928	713	32.540	1,1	24.335	0,7						
C	3,0	4.698.598	168.538	4.867.136	17,6	4.635	421	140.958	5.663	151.677	5,1	121.649	3,5						
Subtotal		24.116.012	258.428	24.374.440	88,0	5.494	461	241.631	6.563	254.149	8,5	210.184	6,1						
D	10,0	405.579	172.810	578.389	2,1	13.621	3.660	40.558	35.649	93.488	3,1	94.957	2,8						
E	30,0	203.036	185.400	388.436	1,4	45.348	10.272	60.911	159.604	276.135	9,2	218.073	6,4						
F	50,0	66.482	159.669	226.151	0,8	71.743	8.092	33.241	113.031	226.107	7,6	275.999	8,0						
G	70,0	89.748	170.803	260.551	0,9	105.311	14.251	62.823	78.138	260.523	8,7	279.608	8,2						
H	100,0	531.632	1.349.094	1.880.726	6,8	1.253.749	95.345	531.632	1.880.726	62,9	2.351.741	68,5							
Subtotal		1.296.477	2.037.776	3.334.253	12,0	1.489.772	131.620	729.165	389.422	2.736.579	91,5	3.220.378	93,9						
Total em 2018		25.412.489	2.296.204	27.708.693		1.495.266	132.081	970.796	392.985	2.991.128									
%		91,7	8,3	100,0		50,0	4,4	32,5	13,1	100,0									
Total em 2017		22.102.892	2.666.801	24.769.693		1.759.888	217.570	1.063.492	389.612			3.430.562							
%		89,2	10,8	100,0		51,3	6,3	31,0	11,4			100,0							

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa													
Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Provisão específica (1)													
Provisão genérica (2)													
Provisão excedente (3)													
Saldo inicial em 1 de janeiro													
Constituição líquida de reversões													
Baixas para prejuízo													
Saldo final em 31 de dezembro													
Provisão específica (1)													
Provisão genérica (2)													
Provisão excedente (3)													
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)													
Provisão específica (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão genérica (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão excedente (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial em 1 de janeiro													
Constituição líquida de reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas para prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro													
Provisão específica (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão genérica (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão excedente (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total													

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7);
(4) Classificadas em receitas de operações de crédito; e
(5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, nos montantes de R\$ 1.666.072 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 29.281 mil.

h) Movimentação da carteira de renegociação									
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil									
2018					2017				
Saldo inicial em 1 de janeiro		1.296.315		1.329.280		1.662.219		1.757.666	
Renegociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos	-	-	(1.206.599)	-	-	-	-	(1.127.393)	-
Baixas	-	-	(571.178)	-	-	-	-	(663.	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre as principais teses, destacamos:

IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R\$ 80.498 mil (2017 - R\$ 77.176 mil); pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco Cartões são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)	RS mil
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.006	35.926	114.427	
Atualização monetária	4.941	3.844	7.288	
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	8.603	60.962	(6.398)	
Pagamentos	(14.293)	(69.023)	-	
Saldo em 31 de dezembro 2018 (Nota 13b)	39.257	31.709	115.317	

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 100.537 mil (2017 - R\$ 96.774 mil); e
- Autuação de IRPJ e CSLL, ano calendário 2012 e 2013, relativo à glosa de despesas de captação com depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 1.387.188 mil (2017 - R\$ 219.934 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher	166.995	58.159
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	47.236	-
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	10.693	11.490
Total	224.924	69.649

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Valores a repassar - cartão de crédito (1)	1.035.157	3.709.767
Outras provisões (2)	266.220	287.077
Provisão para pagamentos a efetuar	183.454	198.456
Provisões fiscais (Nota 12b)	115.317	114.427
Provisões trabalhistas (Nota 12b)	39.257	40.006
Obrigações por aquisições de bens e direitos	39.078	41.147
Provisões cíveis (Nota 12b)	31.709	35.926
Valores a pagar - sociedades ligadas	1.972	59.571
Outras (3)	564.870	364.843
Total	2.277.034	4.831.220

(1) Refere-se substancialmente a Contas a Pagar aos Estabelecimentos Comerciais pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Bradesco Cartões;

(2) Inclui substancialmente Programas de Recompensa; e

(3) Inclui R\$ 221.202 mil (2017 - R\$ 143.236 mil) de Valores recebidos de cliente a processar e R\$ 209.419 mil (2017 - R\$ 165.302 mil) relativo a anuidades de cartões de crédito a apropriar.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.000.000 mil (2017 - R\$ 1.361.666 mil) é representado por 2.445.708.244 (2017 - 2.445.708.244) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2017	1.222.854.123	1.222.854.121	1.361.666
Aumento de capital com reserva (1)	-	-	638.334
Em 31 de dezembro de 2018	1.222.854.123	1.222.854.121	2.000.000

(1) Foi homologado pelo Bacen em 13 de junho de 2018, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.4.2018 que deliberou o aumento de capital social de R\$ 638.334 mil, mediante capitalização de parte do saldo da Conta "Reservas de Lucros - Estatutária", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	2.996.734	2.303.182
- Reserva legal (1)	366.235	287.341
- Reserva estatutária (2)	2.630.499	2.015.841

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados e de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo do cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido	1.577.886	1.172.679
(4) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(78.894)	(68.634)
Base de cálculo	1.498.992	1.114.045
Juros sobre capital próprio (1)	246.000	189.000
Imposto de renda retido na fonte sobre capital próprio (1)	(36.900)	(28.350)
Dividendos propostos (1)	-	-
Valor líquido a pagar	209.100	160.650
Percentual em relação à base de cálculo	13,9%	14,4%
Valor em Reais por lote de mil ações	85,50	65,69

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 1%.

15) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Comissões	2.468.392	1.780.601
Rendas com cartão de crédito (1)	1.745.865	1.603.954
Total	4.214.257	3.384.555

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos	98.810	116.408
Benefícios	57.620	67.539
Encargos sociais	35.702	41.466
Participação dos empregados nos lucros	13.431	14.550
Provisão para processos trabalhistas	8.403	15.070
Outras	870	1.302
Total	215.036	256.335

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Processamento de dados	705.601	619.533
Serviços de terceiros	525.679	398.293
Comunicações	131.863	150.993
Serviços técnicos especializados	75.915	66.455
Propagandas, promoções e publicidades	78.690	72.337
Depreciações e amortizações	67.221	63.171
Materiais, energia e outros	19.157	34.739
Outras	132.008	107.642
Total	1.736.134	1.513.163

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Contribuição à COFINS	303.359	292.925
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	174.249	16.535
Contribuição ao PIS	49.331	46.420
Outras	5.128	28.881
Total	532.067	374.761

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Variações monetárias e cambiais ativas	603.263	471.108
Reversão de outras provisões operacionais	195.264	122.966
Receitas de recuperação de encargos e despesas	57.920	45.431
Receitas de antecipação de pagamentos	10.592	151.008
Outras (1)	236.527	116.068
Total	1.103.566	906.581

(1) Inclui receitas de incentivos comerciais no montante de R\$ 135.023 mil (2017 - R\$ 54.143 mil).

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Despesas com outras provisões (1)	896.505	777.711
Despesa com comercialização de cartão de crédito	872.749	730.094
Descontos concedidos em renegociações	238.660	235.065
Variações monetárias e cambiais	134.074	82.952
Outras	184.263	183.249
Total	2.326.251	2.009.071

(1) Inclui substancialmente Programas de Recompensa.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 3.750/99 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Disponibilidades	79.575	99.787	-	-
Aplicações no mercado aberto	1.552.675	342.435	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	360.917	13.230.475	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.493	4.579	-	-
Dividendos a receber	-	-	27.179	6.444
Outros ativos	564.108	289.915	197	269
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	16.226.025	27.079.703	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.182	7.595	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	39.100	160.650	-	-
Outros passivos	-	-	8.363.893	6.608.211
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil				
Controladores				
2018	2017	2018	2017	
Receitas de intermediação financeira	330.332	1.091.493	-	-
Despesas de intermediação financeira	(1.188.787)	(2.499.222)	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(86.241)	16.269	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	(405.816)	(912.416)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 13.890 mil (2017 - R\$ 10.000 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 14.130 mil (2017 - R\$ 15.200 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos	13.543	9.882
Total	13.543	9.882

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida	12.483	15.181
Total	12.483	15.181

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.176.464	1.327.585
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(979.409)	(597.413)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	361.232	226.313
Juros sobre capital próprio pagos	110.700	85.050
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(29.941)	(34.568)
Outros valores (2)	(61.160)	165.712
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(598.578)	(154.906)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social; e (2) Inclui, basicamente: (i) a diferença entre alíquota da Contribuição Social corrente e Diferida; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(438.466)	(167.283)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(160.112)	12.377
Total dos ativos fiscais diferidos	(160.112)	12.377
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(598.578)	(154.906)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Realização/Baixa	Saldo em 31.12.2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.090.582	924.709	(998.126)	2.017.165
Provisões fiscais	26.165	2.823	(6.506)	22.482
Provisões trabalhistas	17.782	4.388	(6.467)	15.703
Provisões cíveis	16.030	1.625	(4.972)	12.683
Outros	348.887	271.301	(348.887)	271.301
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.499.446			



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco Cartões S.A.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Controladora e Investidas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 2.991.128 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas, dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Instituição e suas investidas atenderam aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3g e 7. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição e suas investidas para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos

As demonstrações contábeis incluem ágio de aquisição de investimento no valor de R\$ 549.407 mil (nota explicativa nº 10) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pela Instituição e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outros. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3j, 3k e 10, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico e regulatório nos seus mercados de atuação, a Instituição avalia continuamente as premissas e estimativas de rentabilidade da Unidade Geradora da Caixa (UGC) a que o ágio está alocado, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa ou, no mínimo, a existência de indicativos de perda do valor recuperável dos ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pela Instituição de indicativos de perda do valor recuperável destes ativos. Adicionalmente, avaliamos com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação dessa avaliação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - fiscais - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 12, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado e principais processos divulgados como possíveis nas demonstrações contábeis montam em R\$ 115.317 mil e R\$ 1.487.725 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, delimitação do momento para reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, e ao valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial na controladora que também decorre das provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Instituição. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais em que a Instituição está envolvida.

Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e efetividade operacional desses controles.

Os resultados dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 28 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCO CARTOES S.A.	3
BRADESCO KIRTON CORRETORA DE TÍT. E VAL. MOBILIÁRIOS S.A.	8



Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 41
São Paulo, sexta-feira, 1º de março de 2019

Página 7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO





Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 59.438.325/0001-01
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, do Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Bradesco Cartões, registrou Lucro Líquido de R\$ 1.578 milhões, correspondendo a R\$ 645,17 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 5.149 milhões e Ativos Totais de R\$ 43.376 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de maio e 27 de dezembro de 2018, foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, de R\$ 200 milhões e R\$ 46 milhões, respectivamente. O valor provisionado em maio foi pago em 28 de junho de 2018 e a provisão de dezembro será paga até 30 de dezembro de 2019. Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		2018		2017	
ATIVO					
CIRCULANTE					
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	28.740.947	37.526.173			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 5a)	80.379	99.888			
Aplicações no Mercado Aberto	1.667.031	13.368.086			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.532.675	342.435			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	114.356	13.045.651			
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.493	4.579			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	2.493	8.579			
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	523	15.140			
Depósitos no Banco Central	307	-			
Transferências Internas de Recursos	216	182			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	2.529.203	2.590.121			
Operações de Crédito - Setor Privado	4.724.493	5.176.831			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.195.290)	(2.586.710)			
OUTROS CRÉDITOS	24.421.831	21.386.396			
Rendas a Receber (Nota 8a)	271.779	1.493.758			
Diversos (Nota 8b)	25.024.007	21.934.610			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(629.355)	(601.972)			
OUTROS VALORES E BENS	39.487	41.963			
Outros Valores e Bens	6.544	9.365			
Despesas Antecipadas	32.943	32.598			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.427.906	2.973.081			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 5a)	246.581	184.824			
Aplicações no Mercado Aberto	246.581	184.824			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	231.958	194.499			
Operações de Crédito - Setor Privado	398.390	436.294			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(166.432)	(241.828)			
OUTROS CRÉDITOS	1.940.184	2.584.927			
Diversos (Nota 8b)	1.940.225	2.584.927			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(51)	(52)			
OUTROS VALORES E BENS	9.203	8.864			
Despesas Antecipadas	9.203	8.864			
PERMANENTE	12.207.527	11.328.140			
INVESTIMENTOS	11.555.541	10.670.232			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 9)	11.555.539	10.670.230			
Outros Investimentos	2	2			
IMOBILIZADO DE USO	15.649	13.041			
Outras Imobilizações de Uso	60.202	53.544			
Depreciações Acumuladas	(44.553)	(40.503)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	636.387	645.581			
Ativos Intangíveis	134.258	1.080.599			
Amortizações Acumuladas	(497.871)	(434.818)			
TOTAL	43.376.430	51.828.108			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil		2º Semestre 2018		Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de Crédito	2.868.343	4.230.819	5.742.914		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	1.963.327	3.886.716	4.634.884		
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c)	1.055.389	330.344	1.091.761		
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c)	627	(86.241)	16.269		
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.575.113	3.365.980	5.071.786		
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	522.282	1.188.787	2.499.292		
Operações de Empréstimos e Repasses	26	49	49		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	1.052.825	2.177.144	2.572.501		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	494.230	864.839	671.148		
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	452.604	1.311.073	640.723		
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 15)	2.254.880	4.214.257	3.384.555		
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(105.495)	(215.036)	(256.335)		
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(958.762)	(1.736.134)	(1.513.163)		
Despesas Tributárias (Nota 18)	(294.024)	(532.067)	(574.711)		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9)	394.717	902.738	902.738		
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	574.022	1.103.566	906.581		
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(1.202.734)	(2.326.251)	(2.009.071)		
RESULTADO OPERACIONAL	1.156.834	2.175.912	1.311.871		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	359	15.141	15.141		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.157.193	2.176.464	1.327.585		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(349.692)	(598.578)	(154.906)		
Provisão para Imposto de Renda	(167.312)	(239.127)	(80.574)		
Provisão para Contribuição Social	(139.695)	(199.339)	(86.709)		
Ativo Fiscal Diferido	359	(42.885)	(42.885)		
LUCRO LÍQUIDO	807.501	1.577.886	1.172.679		
Número de ações (Nota 14a)	2.445.708.244	2.445.708.244	2.445.708.244		
Lucro por lote de mil ações em R\$	330,17	645,17	479,48		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil		2º Semestre 2018		Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.157.193	2.176.464	1.327.585		
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	733.212	1.521.578	2.034.628		
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.052.825	2.177.144	2.572.501		
Despesas (Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	40.417	79.240	(99.478)		
Amortizações de Depreciações e Intangíveis	25.357	25.357	25.357		
Depreciações e Amortizações	9.476	16.507	12.457		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(394.717)	(802.738)	(502.917)		
Outros	(146)	111	351		
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.890.405	3.698.042	3.277.213		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	882.801	3.086.992	5.202.805		
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros	(11.814)	(327)	16.875		
Derivativos	(11.814)	(327)	16.875		
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.016.689	3.497.466	2.368.226		
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(1.028.244)	(2.540.529)	(2.540.529)		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(2.250.261)	(2.546.271)	(2.013.077)		
(Aumento)/(Redução) em Depósitos	(372.967)	(10.853.315)	3.245.225		
(Aumento)/(Redução) em Outros Obrigações	(225.228)	(2.571.770)	(230.378)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(285.554)	(591.475)	(573.396)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(382.173)	(8.206.993)	9.110.969		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:					
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.642)	(6.659)	(1.877)		
Aquisição de Intangível	(42.049)	(53.976)	(31.804)		
Alienação de Intangível	-	-	2.802		
Aumento de Capital em Investida em Espécie	-	-	(1.280.000)		
Dividendos Recebidos	-	6.444	1.342.491		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(45.691)	(54.191)	31.612		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					
Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(330.650)	-		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(330.650)	-		
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.864)	(8.591.834)	9.142.581		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	2.060.918	10.224.888	1.082.307		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.633.054	1.633.054	10.224.888		
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.864)	(8.591.834)	9.142.581		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição) atuando como banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas cartilhas autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A., estão sendo apresentadas partes dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Cartões, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis; trabalhista; fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Auração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas predefinidas para venda - são aquelas que não se enquadram como para negociação nem com mantidos até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando data efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedje*) ou não.
As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedje*) e são classificados de acordo com sua natureza em:
• *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedje*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
• *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedje* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil		Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação		Lucros Acumulados		Totais	
Eventos				Legal	Estatutária	Patrimonial					
Saldos em 30.6.2018		2.000.000		325.860	1.909.373	148.753					4.383.986
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	3.947					3.947
Lucro Líquido		-	-	-	-	807.501					807.501
Destinações - Reservas		-	-	40.375	721.126	-					(761.501)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d)		-	-	-	-	-					(46.000)
Saldos em 31.12.2018		2.000.000		366.235	2.630.499	152.700					5.149.434
Saldos em 31.12.2016		1.227.878		228.707	1.090.796	(85.705)					2.461.676
Aumento de Capital - AGE 13.2.2017				133.788	-	-					133.788
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	128.685					128.685
Lucro Líquido		-	-	-	-	1.172.679					1.172.679
Destinações - Reservas		-	-	58.634	925.045	-					(983.679)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d)		-	-	-	-	-					(189.000)
Saldos em 31.12.2017		1.361.666		287.341	2.015.841	42.960					3.707.828
Aumento de Capital - AGE 30.4.2018 (Nota 14b)				638.334	-	-					638.334
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	109.720				</	



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	136.569	126.114
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	193.763	965.379
Total (Nota 6c)	330.332	1.091.493

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2018		2017		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Instrumentos financeiros derivativos	2.308	185	2.493	-	4.579	-
Total em 2018	2.308	185	2.493	2.493	4.579	-
Total em 2017	4.108	471	-	-	-	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	330.332	1.091.493
Instrumentos financeiros derivativos	(86.241)	16.269
Títulos de renda fixa	12	268
Total	244.103	1.108.030

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Cartões participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "a termo", registrados em contas patrimoniais e de compensação, em um contexto integrado com o controlador e empresas ligadas, que se destinam a atender às necessidades próprias, para administração de suas exposições. Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados pela instituição como instrumentos de "hedge", destinam-se a protegê-la contra variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos. O valor justo dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. A política de gestão de risco da Organização Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco Bradesco e empresas controladas.

I) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018		2017	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos a termo (1)				
Compromissos de compra:				
- Moeda estrangeira	613.457	-	529.868	-
Compromissos de venda:				
- Moeda estrangeira	1.567.926	954.469	1.226.865	696.997

(1) Contratos eletuados em dólar.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Instrumentos financeiros derivativos	2.493	4.579
Total	2.493	4.579

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Custo atualizado/mercado		
Compras a termo a receber	1.341	3.192
Vendas a termo a receber	1.152	1.387
Total do ativo	2.493	4.579
Compras a termo a pagar	3.743	891
Vendas a termo a pagar	1.439	6.704
Total do passivo	5.182	7.595

III) Valores de referência dos contratos a termo

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Total
Contrato a termo							
Compras a termo	536.113	5.558	2.289	6.897	11.610	50.990	613.457
Vendas a termo	1.014.097	553.829	-	-	-	-	1.567.926
Total em 2018	1.550.210	559.387	2.289	6.897	11.610	50.990	2.181.383
Total em 2017	1.331.264	425.469	-	-	-	-	1.756.733

IV) Valores das receitas e das despesas líquidas

No exercício, o resultado líquido das operações a termo somou R\$ (86.241) mil (2017 - R\$ 16.269 mil), apresentados na "Demonstração do Resultado" na rubrica "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

V) Valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Os valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos registrados na B3 (bolsa) somavam R\$ 2.181.383 mil - (2017 - R\$ 1.756.733 mil).

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Acima de 360 dias		Total (A)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	1.271.349	134.167	176.011	469.138	441.067	334.947	2.826.679	11,1	2.946.324	13,3
Outros créditos (1)	12.621.616	3.991.072	1.767.512	2.923.258	1.734	1.734	22.585.810	88,9	19.156.568	86,7
Total em 2018	13.892.965	4.125.239	1.943.523	3.392.396	1.721.685	336.681	25.412.489	100,0	22.102.892	100,0
Total em 2017	8.389.435	5.179.998	1.383.429	3.341.617	3.494.769	313.644	-	-	22.102.892	100,0

Operações de crédito	Curso anormal					Acima de 360 dias		Total (B)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	156.632	187.572	159.890	524.960	1.046.367	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0	
Total em 2018	156.632	187.572	159.890	524.960	1.046.367	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0	
Total em 2017	367.918	111.962	150.609	532.778	1.187.052	-	-	-	2.350.319	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Acima de 360 dias		Total (C)		Total geral			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%	2018	2017		
Empréstimos e títulos descontados	62.655	12.486	11.637	29.960	40.602	63.443	220.783	100,0	316.482	100,0	5.122.883	18,5	5.613.125	22,7
Outros créditos (1)	2.375.613	13.949.009	3.182.682	4.867.136	578.389	388.436	226.151	260.551	1.880.726	27.708.693	81,5	19.156.568	77,3	
Total em 2018	2.438.268	14.061.495	3.194.319	4.937.102	644.791	451.885	447.334	487.102	2.461.452	100,0	22.708.693	100,0	24.769.693	100,0
Total em 2017	25.796	22.366	19.130	50.125	74.955	124.110	-	-	316.482	100,0	-	-	24.769.693	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco								Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	%
Empréstimos e títulos descontados	14.094	1.283.274	272.823	853.161	373.408	314.383	198.637	233.033	1.580.070	5.122.883	18,5
Outros créditos (1)	2.361.519	12.665.735	2.909.859	4.013.975	204.981	74.053	27.514	1.068	300.656	22.585.810	81,5
Total em 2018	2.375.613	13.949.009	3.182.682	4.867.136	578.389	388.436	226.151	260.551	1.880.726	27.708.693	100,0
Total em 2017	8,6	50,3	11,5	17,6	2,1	1,4	0,8	0,9	6,8	100,0	24.769.693

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixa de vencimentos e níveis de risco

Parcelas vencidas	Nível de risco								Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	% (1)
1 a 14 dias	-	-	4.025	14.032	36.599	34.239	16.183	20.359	95.346	220.783	100,0
15 a 30 dias	-	-	1.048	10.886	10.886	12.222	4.685	5.023	25.461	62.655	26,4
31 a 60 dias	-	-	336	856	1.725	1.815	829	1.068	5.861	12.486	5,6
61 a 90 dias	-	-	292	925	1.755	1.694	1.036	5.185	11.637	11.637	5,3
91 a 180 dias	-	-	727	2.374	4.561	4.229	1.998	2.759	13.312	29.960	13,6
181 a 360 dias	-	-	862	3.047	6.380	5.477	2.853	3.839	18.144	40.602	18,4
Acima de 360 dias	-	-	760	3.504	11.292	8.802	5.068	6.634	27.383	63.443	28,7
Total	-	-	8.999	72.850	35.887	2.595	801	6.429	145.019	2.075.421	100,0

Parcelas vencidas (2)	Nível de risco								Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	% (1)
1 a 14 dias	-	-	85.865	154.506	136.211	151.161	143.486	150.444	1.253.748	2.075.421	100,0
15 a 30 dias	-	-	238	386	386	430	257	285	1.894	3.650	0,2
31 a 60 dias	-	-	85.627	39.919	8.252	12.441	4.625	2.140	10.798	152.982	7,4
61 a 90 dias	-	-	-	114.424	25.480	12.141	6.818	5.430	24.479	187.572	9,0
91 a 180 dias	-	-	-	2	102.060	19.279	6.722	6.324	25.503	159.890	7,7
181 a 360 dias	-	-	-	1	33	114.663	128.694	136.710	144.859	524.960	25,3
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	23	55	74	1.046.095	1.046.247	50,4
Subtotal	-	-	89.890	168.538	172.810	185.400	159.669	170.803	1.349.094	2.296.204	100,0
Provisão específica	-	-	899	5.056	17.281	55.620	78.835	119.562	1.349.094	1.627.347	71,4

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; (2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e (3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Parcelas vencidas	Nível de risco								Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	% (1)
1 a 30 dias	2.365.914	13.876.159	3.082.142	4.662.711	400.327	200.441	65.681	88.892	525.203	25.267.470	99,4
31 a 60 dias	1.431.053	7.593.882	1.695.280	2.460.989	169.124	78.021	29.050	33.022	257.525	13.747.946	54,1
61 a 90 dias	413.604	2.309.749	511.533	744.537	46.672	18.879	6.851	7.825	64.589	4.125.239	16,2
91 a 180 dias	151.848	1.103.776	234.927	359.141	29.975	14.661	4.997	6.089	38.129	1.943.523	7,7
181 a 360 dias	257.014	1.866.343	415.592	667.283	62.027	33.328	11.032	13.649	70.128	3.392.396	13,3
Acima de 360 dias	111.702	909.290	199.429	359.548	49.055	27.316	6.850	11.583	46.912	1.721.685	6,8
Subtotal	693	97.119									



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Provisão específica (1).....	1.977.458	2.332.712
Provisão genérica (2).....	1.063.492	1.155.464
Provisão excedente (3).....	389.612	503.146
Saldo inicial em 1 de janeiro	3.430.562	3.991.322
Constituição líquida de reversões.....	2.177.144	2.572.501
Baixas para prejuízo.....	(2.616.578)	(3.133.261)
Saldo final em 31 de dezembro	2.991.128	3.430.562
Provisão específica (1).....	1.627.347	1.977.458
Provisão genérica (2).....	970.796	1.063.492
Provisão excedente (3).....	392.985	389.612
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)	510.170	502.555

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de risco correspondentes (Nota 7);
(4) Classificadas em receitas de operações de crédito; e
(5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, nos montantes de R\$ 1.666.072 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 29.281 mil.

h) Movimentação da carteira de renegociação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.296.315	1.329.280
Renegociação.....	1.662.219	1.757.666
Recebimentos.....	(1.206.599)	(1.127.393)
Baixas.....	(571.178)	(693.238)
Saldo final em 31 de dezembro	1.180.757	1.296.315
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	905.949	994.344
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	76,7%	76,7%

i) Receitas de operações de crédito

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados.....	3.476.546	4.132.329
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	510.170	502.555
Total	3.986.716	4.634.884

8) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
a) Rendas a Receber	-	47.314
Rendas a receber.....	27.179	6.444
Total	27.179	53.758

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Compras faturadas - cartões de crédito (Nota 7a).....	22.585.810	19.156.568
Crédito tributário (Nota 22c).....	2.350.651	2.510.783
Devedores diversos.....	1.032.951	1.938.622
Impostos e contribuições a compensar.....	860.449	822.767
Outros.....	134.381	90.869
Total	26.964.242	24.519.589

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Valor contábil		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				Cotas	Ações		2018	2017	Resultado de equivalência patrimonial	
				2018	2017		2018	2017	2018	2017
Banco Bradesco BERJ S.A.	3.087.000	3.625.095	93.505	155	100,000	3.625.095	3.554.344	93.505	10.356	
Banco Bradescard S.A.	1.991.716	3.043.092	91.570	-	100,000	3.043.092	2.952.392	91.570	155.072	
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	1.761.996	1.672.172	185.933	-	100,000	1.672.172	1.487.037	185.933	73.163	
Bradescard Elo Participações S.A.	880.000	2.072.435	336.001	-	100,000	2.072.435	1.743.544	336.001	183.217	
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda.	493.505	889.405	56.305	493.500	100,000	889.405	718.652	56.305	58.305	
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.	180.000	339.489	28.615	96.118	64,078	217.539	199.378	18.336	22.656	
Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	10.000	44.751	26.398	-	80,000	35.801	14.883	21.118	8.142	
MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (1)	23.550	(132)	(60)	-	1.413.069	50,000	-	-	(39)	
Total						11.555.539	10.670.230	802.738	502.917	

(1) O valor da participação no Patrimônio Líquido a Descoberto da empresa MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A., no valor de R\$ 66 mil (2017 - R\$ 36 mil) está registrado na rubrica "Outras Obrigações".

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa de amortização	Custo	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
			Custo líquido de amortização		
			2018	2017	
Software (1).....	20%	119.969	(32.989)	86.980	45.460
Rentabilidade futura/carteira de cliente (2).....	5%	1.014.289	(484.852)	549.407	600.121
Total em 2018		1.134.258	(517.841)	636.387	645.581
Total em 2017		1.080.399	(434.818)	645.581	645.581

(1) Softwares adquiridos de empresas especializadas; e
(2) Representado pelo ágio na aquisição da participação acionária do Banco Bradescard S.A., amortizável mediante a realização por rentabilidade futura/carteira de clientes registrados no Ativo Permanente, que será amortizado até novembro de 2029. No exercício de 2018 foi amortizado, o montante de R\$ 50.714 mil (2017 - R\$ 50.714 mil).

11) DEPÓSITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		91 a 180 dias	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Depósitos à vista.....	1	-	-	-	1	8
Depósitos interfinanceiros.....	1.414.665	590.167	612.952	13.074.033	534.208	16.226.025
Outros depósitos.....	369	-	-	-	369	27.079.703
Total em 2018	1.415.035	590.167	612.952	13.074.033	534.208	16.226.395
Total em 2017	24.996.411	595.104	648.970	467.756	371.470	27.079.711

b) Despesas de captações

Representada por Captação de Depósitos Interfinanceiros e Obrigações de R\$ 1.188.787 mil (2017 - R\$ 2.499.222 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdáveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos:

IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R\$ 80.488 mil (2017 - R\$ 77.176 mil); pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco Cartões são constituídas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.006	35.926	114.427
Atualização monetária.....	4.941	3.844	7.288
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	8.503	60.962	(6.398)
Pagamentos.....	(14.293)	(69.023)	-
Saldo em 31 de dezembro 2018 (Nota 13b)	39.257	31.709	115.317

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdáveis possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de resultado. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- Atuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 100.537 mil (2017 - R\$ 96.774 mil); e

- Atuação de IRPJ e CSLL, ano calendário 2012 e 2013, relativo à glosa de despesas de captação com depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 1.387.188 mil (2017 - R\$ 219.934 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher.....	166.995	58.159
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	47.236	-
Provisões para impostos e contribuições diferidas (Nota 22c).....	10.693	11.490
Total	224.924	69.649

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Valores a repassar - cartão de crédito (1).....	1.035.157	3.709.767
Outras provisões (2).....	266.220	267.077
Provisão para pagamento a efetuar.....	183.454	198.456
Provisões fiscais (Nota 12b).....	115.317	114.427
Provisões trabalhistas (Nota 12b).....	39.257	40.006
Obrigações por aquisições de bens e direitos.....	39.078	41.147
Provisões cíveis (Nota 12b).....	31.709	35.926
Valores a pagar - sociedades ligadas.....	197.872	59.571
Outros (3).....	564.874	364.843
Total	2.277.034	4.831.220

(1) Refere-se substancialmente a Contas a Pagar aos Estabelecimentos Comerciais pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Bradesco Cartões.

(2) Inclui substancialmente Programas de Recompensa; e

(3) Inclui R\$ 221.202 mil (2017 - R\$ 143.236 mil) de Valores recebidos de cliente a processar e R\$ 209.419 mil (2017 - R\$ 165.302 mil) relativo a anuidades de cartões de crédito a apropriar.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.000.000 mil (2017 - R\$ 1.361.666 mil) é representado por 2.445.708.244 (2017 - 2.445.708.244) ações ordinárias e preferências, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	
Em 31 de dezembro de 2017	1.222.854.123	1.222.854.121	1.361.666
Aumento de capital com reserva (1).....	-	-	639.334
Em 31 de dezembro de 2018	1.222.854.123	1.222.854.121	2.000.000

(1) Foi homologado pelo Bacen em 13 de junho de 2018, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.4.2018 que deliberou o aumento de capital social de R\$ 638.334 mil, mediante capitalização de parte do saldo da Conta "Reservas de Lucros - Estatutária", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	2.996.734	2.303.182
- Reserva legal (1).....	366.235	287.341
- Reserva estatutária (2).....	2.630.499	2.015.841

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo do cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido	1.577.886	1.172.679
(1) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(78.894)	(58.634)
Base de cálculo	1.498.992	1.114.045
Juros sobre capital próprio (1).....	246.000	189.000
Imposto de renda retido na fonte sobre capital próprio (1).....	(36.900)	(28.350)
Dividendos propostos (1)	209.100	160.650
Valor líquido a pagar	13,9%	14,4%
Percentual em relação à base de cálculo	85,50	65,69



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2019	810.345	485.437	-	-	1.295.782
2020	640.824	383.656	6.353	4.964	1.035.797
2021	10.462	5.439	-	-	15.901
2022	1.982	1.189	-	-	3.171
Total	1.463.613	875.721	6.353	4.964	2.350.651

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.292.749 mil (2017 - R\$ 2.403.484 mil), sendo: R\$ 2.291.871 (2017 - R\$ 2.392.300 mil) de diferenças temporárias e R\$ 10.878 mil (2017 - R\$ 11.184 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Bradesco Cartões foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas
A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 10.693 mil (2017 - R\$ 11.490 mil) relativas a relativas à atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 10.693 mil (2017 - R\$ 10.118 mil) e a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários (2017 - R\$ 1.372 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de Previdência Complementar
O Bradesco Cartões é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O PGBL é administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs. As contribuições dos funcionários do Bradesco Cartões são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradesco Cartões são de 5% do salário. As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco Cartões S.A.

Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis bem como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Controladora e Investidas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 2.991.128 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas, dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estimativas específicas e exceções. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Instituição e suas investidas atenderam aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3g e 7. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição e suas investidas para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos

As demonstrações contábeis incluem ágio de aquisição de investimento no valor de R\$ 549.407 mil (nota explicativa nº 10) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pela Instituição e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3j, 3k e 10, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico e regulatório nos seus mercados de atuação, a Instituição avalia continuamente as premissas e estimativas de rentabilidade da Unidade Geradora da Caixa (UGC) a que o ágio está alocado, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa ou, no mínimo, a existência de indicadores de perda do valor recuperável dos ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pela Instituição de indicadores de perda do valor recuperável destes ativos. Adicionalmente, avaliamos com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizadas na preparação dessa avaliação. Os nossos procedimentos incluíam também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis. Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - fiscais - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 12, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado e principais processos divulgados como possíveis nas demonstrações contábeis montam em R\$ 115.317 mil e R\$ 1.487.725 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para reconhecimento e divulgação relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, e ao valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial na liquidação que também decorre das provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Instituição. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais em que a Instituição está envolvida. Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 22.858 mil (2017 - R\$ 28.447 mil).

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Bradesco Cartões, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1)

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC 1SP301478/O-1

CONTROLES DE APLICATIVOS E CONTROLES GERAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles de acesso diário, restritivos ou revogados os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetuados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíam, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e efetividade operacional desses controles.

Os resultados dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a aderência do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 28 de fevereiro de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

23,1 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.



Valor + O GLOBO + ValorRI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri

Fonte: Comscore Audience Duplication Multi-Platform - November 2018